

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1585778 - RS
(2019/0278356-1)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : P R J
ADVOGADO : CARLOS ALEXANDRE TESTA - RS033315
AGRAVADO : C F V
ADVOGADOS : TIAGO SILVEIRA DE ALMEIDA - RS037910
JULIANA PERETO - RS075500

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, PARTILHA, GUARDA, REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS E TUTELA INIBITÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. IMÓVEL. SUB-ROGAÇÃO DE BEM NÃO COMPROVADA. PRETENSÃO RECURSAL QUE BUSCA O REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPEDIMENTO DA SÚMULA 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. No que se refere a alegação de sub-rogação do bem adquirido na constância da união estável, houve manifestação sobre o tema, só que de forma contrária à pretensão da parte, o que não caracterizou ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do NCPC.

3. Sub-rogação não comprovada. Para alterar a convicção formada pelo Tribunal estadual após a apreciação das provas constantes dos autos e modificar o entendimento lançado no v. acórdão recorrido, seria indispensável o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial. Súmula 7 desta Corte Superior.

4. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

5. Agravo interno não provido

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator